



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2018

O município de Paulo Lopes, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 003/2018, cujo objetivo é o credenciamento de pessoa jurídica para contratação de Empresa Especializada de Serviços de emissão de Laudos de Raio X de média Complexidade, para atender os pacientes da rede Municipal de Saúde de Paulo Lopes, visando a ampliação dos serviços ofertados pela rede municipal de saúde, usando como referência os procedimentos da SIGTAB - tabela SUS, sendo regido este procedimento pela Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. O Edital acompanhado dos seus anexos poderá ser obtido através do site www.paulolopes.sc.gov.br, devendo a documentação ser entregue no Setor de Licitações da Prefeitura de Paulo Lopes, situado na Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, CEP 88.490-000.

1- OBJETO DO CREDENCIAMENTO

1.1- O presente chamamento tem como objetivo o Credenciamento de Empresa Especializada em Serviços de Emissão de Laudos de Raio X de Média Complexidade a preço de tabela SUS, utilizando como referência os procedimentos da SIGTAB (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamento e OPM do SUS), <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada>, para atender os pacientes da rede Municipal de Saúde de Paulo Lopes.

2 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Credenciamento os estabelecimentos que atenderem às condições exigidas para a prestação do serviço objeto deste credenciamento, e comprovarem possuir os requisitos necessários à qualificação especificados no **Item 3** e demais condições estabelecidas neste Edital.

2.2 - Os interessados deverão proceder, antes da entrega da documentação, à verificação minuciosa de todos os elementos fornecidos e, em caso de dúvida, solicitar esclarecimentos por escrito à Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

2.3 - A não comunicação na forma acima estabelecida, implicará na tácita aceitação dos elementos fornecidos, não cabendo, em nenhuma hipótese, qualquer reivindicação, posterior com base em imperfeições, incorreções, omissões ou falhas.

2.4 - Não poderão participar, direta ou indiretamente, deste credenciamento:

2.4.1 - Pessoas jurídicas que estejam cumprindo pena de suspensão de licitar com o Município ou qualquer de seus entes da Administração Indireta ou tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;

2.4.2 - Empresas apresentadas na qualidade de subcontratadas.

2.4.3 - Empresas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.4.4 - Empresas que tenham sócios, gerentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou dirigentes de Órgão ou Entidade da Administração Municipal ou que estejam cumprindo a penalidade aludida no item 2.4.1.

2.4.5 - Empresas que se encontrem sob falência, concordata, dissolução e liquidação.

2.4.6 - Empresas que não possuam as exigências contidas neste Edital.

3 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Os interessados deverão apresentar a documentação de habilitação e qualificação técnica, na forma exigida em envelopes separados fechados dirigidos ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, a partir da data da publicação deste Edital, das 07h00min às 13h00min na Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, situada na Rua José Pereira da Silva, nº 130, de maneira que os interessados deverão apresentar a documentação a partir do dia **13/09/2018 até 20/09/2018**, desde que satisfaçam os requisitos e expressamente acatem as condições do poder público.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

3.1 - Os interessados em se credenciar com a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, deverão apresentar sua documentação de acordo com o estabelecido no presente item.

3.2 - As empresas deverão apresentar no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes a documentação em um **ENVELOPE** lacrado, em cuja parte externa deve constar:

**AO SETOR DE LICITAÇÕES
CREDENCIAMENTO Nº 003/2018
RAZÃO SOCIAL: XXXXXXXXXXXXX
CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX**

3.3 - Para fins de credenciamento, a documentação exigida consiste em:

3.3.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

3.3.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Certidão Negativa Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede da licitante.
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- e) Prova de inexistência de débitos trabalhistas – Justiça do Trabalho – CNDT;

3.3.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de registro da proponente no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina;
- b) Comprovação de registros dos profissionais de saúde que executarão o serviço contratado, junto aos conselhos de fiscalização profissional competente (CRM e afins)
- c) Alvará sanitário, fornecido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

3.3.4 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4 - FORMA DE RECEBIMENTO E APRECIACÃO DOS DOCUMENTOS

4.1 - Conforme indicado no preâmbulo deste Edital, o interessado apresentará o seu Envelope contendo a documentação listada no **Item 3** deste Edital.

4.2 - A análise e o julgamento será efetuada pelos membros da comissão de licitação, nos termos da Lei e deste Edital, em reunião interna.

4.3 - Deferido o credenciamento, o interessado será convocado, na forma do item 5.1 deste Edital, para assinar o respectivo Termo de Credenciamento, de acordo com a minuta constante do Anexo II.

4.4 - Dos atos relativos a este credenciamento cabem os recursos previstos no Art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

4.5 - Será credenciado o interessado que atender às exigências do presente Edital, ficando a Administração autorizada a contratá-lo para prestação do serviço objeto deste credenciamento.

4.6 - Caberá ao departamento de licitações promover o acompanhamento quanto à validade dos documentos apresentados pelo Credenciado, ficando este obrigado a apresentar os documentos



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES**

atualizados, sob pena de ser descredenciado.

5 - PRAZO

5.1 - O prazo máximo para a assinatura do Termo de Credenciamento é de 10 (dez) dias, a contar da data da homologação do processo, prorrogável pela metade, em despacho motivado da autoridade competente.

5.2 - O prazo de execução dos serviços objeto deste credenciamento será até 31/12/2018, contados da assinatura do termo de credenciamento, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses, conforme inciso II do Artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

6 - DOTAÇÃO

6.1 - Para o custeio da execução dos serviços objeto deste Edital, serão utilizados recursos consignados na Lei Orçamentária do Município de Paulo Lopes, à conta do Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes, sendo as dotações indicadas antes da emissão da Autorização de Serviço que será emitida pela Secretaria de Saúde.

7 - EXECUÇÃO DO SERVIÇO

7.1 Os serviços referidos serão executados pela Empresa credenciada, sob a responsabilidade de um Técnico nomeado pela a mesma.

7.2 As imagens serão emitidas pela contratante via sistema, para posterior emissão do laudo pela contratada em até 7 (sete) dias.

7.3. Os procedimentos, elencados devem seguir o valor correspondente pago pelo Sistema único de Saúde – SUS.

8 – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E PAGAMENTO

8.1 Todos os contratados deverão utilizar o Sistema SIA/SUS para realização do fechamento de sua produção mensal.

8.2 - O relatório de produção mensal deverá ser protocolizado junto a Secretaria Municipal de Saúde até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço.

8.3 – Juntamente com o relatório de produção mensal deverá ser entregue as requisições dos procedimentos e formulários padrões do SUS para as auditorias.

8.4 - Após a realização da Auditoria analítica e do processamento da produção, a Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará o relatório de crítica contendo os valores aprovados para pagamento ao prestador, relatório este que será disponibilizado de acordo com as datas impostas pelo Ministério da Saúde para disponibilização das versões dos sistemas de processamentos de dados;

8.4.1 – No caso de haver aplicação de glosa na produção apresentada, o prestador será informado e terá a oportunidade de corrigir os erros antes do processamento final da produção;

8.4.2 – Após a realização do processamento final da produção, permanecendo os erros, será descontado no valor final da produção, o correspondente à glosa aplicada, sendo permitida a reapresentação dos procedimentos glosados na competência seguinte;

8.5 - A partir da divulgação do relatório de crítica ao prestador, o mesmo deverá apresentar a Nota Fiscal a Secretaria Municipal de Saúde para o respectivo “aceite” e encaminhamento ao Departamento Administrativo Financeiro para proceder ao pagamento;

8.6 – Ficará definida a data limite para pagamento até o vigésimo quinto dia útil após a emissão da Nota Fiscal pelo prestador de serviço.

9 – PENALIDADES

9.1 - O CONTRATADO ficará sujeito, em caso de inadimplemento de suas obrigações contratuais, às penalidades previstas na Lei Federal nº8.666/93, nos seus Artigos 86 e seguintes, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

9.2 – Será descredenciado, sem prejuízo das penalidades cabíveis o CREDENCIADO que cobrar do beneficiado qualquer valor pelo fornecimento ajustado.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

10 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

10.1 - A Secretaria Municipal de Saúde de Paulo Lopes exercerá o acompanhamento dos serviços através de técnicos devidamente designados pela Secretaria de Saúde, sem reduzir nem excluir a responsabilidade do CREDENCIADO.

10.2 - Fica reservado ao Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes, o direito e a autoridade para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos ou omissos, não previstos no Termo de Credenciamento, no Edital, nas leis e demais normas, e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com o fornecimento em questão.

10.3 - Compete especificamente à Secretaria de Saúde esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pelo CREDENCIADO.

11 - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Não será permitido o recebimento de documentos por via postal.

11.2 - Os interessados obrigam-se a seguir a sistemática estabelecida neste Edital, no que tange à forma de apresentar a documentação exigida.

11.3 - A documentação exigida poderá ser anexada pelos interessados em cópia devidamente autenticada, ressalvado, porém, ao Setor de Licitações, o direito de impor a exibição de qualquer original, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, como também, solicitar esclarecimentos que julgar necessário.

11.4 - O interessado deverá providenciar, às suas expensas, cópias dos elementos que venham a ser necessário, não só para o credenciamento e assinatura do Termo de Credenciamento, como também, no decorrer do fornecimento.

11.5 - O interessado deverá responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista.

11.6 - Até a data de assinatura do Termo de Credenciamento, poderá ser eliminada deste qualquer empresa que tenha apresentado documento(s) ou declaração (ões) incorreta(s) ou falsas, bem como aquela cuja situação técnica ou econômico/financeira tenha se alterado após o início de processamento do cadastramento, prejudicando o seu julgamento.

11.7 - O presente credenciamento poderá ser anulado a qualquer tempo, se verificada ilegalidade no processamento ou julgamento, ou revogado, a juízo da Administração, por motivos de conveniência ou oportunidade, mediante decisão fundamentada.

11.8 - Ainda como documentação complementar, no ato da assinatura, o interessado CREDENCIADO apresentará declaração expressa de que assumirá total e irrestrita responsabilidade por qualquer dano que venha a causar ao Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes ou a terceiros, por si, seus representantes ou prepostos, quando da execução do fornecimento contratado.

11.9 - Os recursos administrativos porventura interpostos pelos interessados serão os previstos no art. 109, da Lei Federal n.º 8.666/93.

11.10 - Quaisquer esclarecimentos referentes ao presente credenciamento, poderão ser obtidos pelo telefone (48) 3253-0161.

Paulo Lopes, 27 de agosto de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1- OBJETO DO CREDENCIAMENTO

1.1- O presente chamamento tem como objetivo o Credenciamento de Empresa Especializada em Serviços de Emissão de Laudos de Raio X de Média Complexidade a preço de tabela SUS, utilizando como referência os procedimentos da SIGTAB (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamento e OPM do SUS), <http://sigtap.datasus.gov.br/tbela-unificada>, para atender os pacientes da rede Municipal de Saúde de Paulo Lopes.

JUSTIFICATIVA

O município de Paulo Lopes foi contemplado com um equipamento de Raio X e considerando, o que dispõe a Constituição Federal de 1988, em especial o seu artigo 196 a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Atendendo a lei 8.080, de Setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; Considerando, a necessidade de atendimento de serviços especializados conforme os parâmetros da portaria nº 1097 de 2006 e a Portaria/GM 1101 de 2002, que estabelece os parâmetros de cobertura assistenciais.

Considerando, que existe demanda de exames de média complexidade e que a Programação Pactuada Integrada (PPI) não oferta vagas suficientes e além da garantia do acesso ao serviço ser dentro do município, se faz necessário a contratação de empresa especializada para emissão dos laudos para que os munícipes desfrutem do serviço com eficaz e agilidade.

O Edital 03/2018 - FMPL tem por objetivo credenciamento de Empresa Especializada em Serviços de Emissão de Laudos de Raio X de Média Complexidade a preço de tabela SUS, utilizando como referência os procedimentos da SIGTAB (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos), conforme seguem abaixo descritos:

Grupo 02 – PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA

Subgrupo 04 – DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA

Forma de Organização 01 – EXAMES RADIOLÓGICOS DA CABEÇA E PESCOÇO

Código	Nome do Procedimento	Preço SUS
0204010039	RADIOGRAFIA BILATERAL DE ORBITAS (PA + OBLIQUAS + HIRTZ)	8,38
0204010055	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	8,38
0204010063	RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)	6,88
0204010071	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL + OBLIGUA / BRETTON + HIRTZ)	9,15
0204010080	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	7,52
0204010098	RADIOGRAFIA DE LARINGE	5,74
0204010101	RADIOGRAFIA DE MASTOIDE / ROCHEDOS (BILATERAL)	9,03



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES

0204010110	RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLIQUA)	7,20
0204010128	RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	8,38
0204010136	RADIOGRAFIA DE REGIAO ORBITARIA (LOCALIZACAO DE CORPO ESTRANHO)	7,98
0204010144	RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	7,32
0204010152	RADIOGRAFIA DE SELA TURSICA (PA + LATERAL + BRETTON)	7,20

Grupo 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA

Subgrupo 04 - DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA

Forma de Organização 02 - EXAMES RADIOLÓGICOS DA COLUNA VERTEBRAL

Código	Nome	Preço SUS
0204020034	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO + OBLIQUAS)	8,33
0204020042	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)	8,19
0204020050	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL / DINAMICA	10,29
0204020069	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA	10,96
0204020077	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/ OBLIQUAS)	14,90
0204020085	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINAMICA	16,88
0204020093	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	9,16
0204020107	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	9,73
0204020115	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINAMICA	15,58
0204020123	RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA	7,80

Grupo 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA

Subgrupo 04 - DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA

Forma de Organização 03 - EXAMES RADIOLÓGICOS DO TORAX E MEDIASTINO

Código	Nome do Procedimento	Preço SUS
0204030056	RADIOGRAFIA DE CORACAO E VASOS DA BASE (PA + LATERAL + OBLIQUA)	14,32
0204030064	RADIOGRAFIA DE CORACAO E VASOS DA BASE (PA + LATERAL)	9,05
0204030072	RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX)	8,37
0204030080	RADIOGRAFIA DE ESOFAGO	19,24
0204030099	RADIOGRAFIA DE ESTERNO	7,98
0204030102	RADIOGRAFIA DE MEDIASTINO (PA E PERFIL)	8,73
0204030110	RADIOGRAFIA DE PNEUMOMEDIASTINO	27,27
0204030129	RADIOGRAFIA DE TORAX (APICO-LORDORTICA)	5,56
0204030137	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + INSPIRACAO + EXPIRACAO + LATERAL)	14,32



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES**

0204030145	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + LATERAL + OBLIQUA)	12,02
0204030153	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	9,50
0204030161	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA PADRAO OIT)	6,55
0204030170	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)	6,88

Grupo 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA

Subgrupo 04 - DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA

Forma de Organização 04 - EXAMES RADIOLÓGICOS DA CINTURA ESCAPULAR E DOS MEMBROS SUPERIORES

Código	Nome	Preço
0204040019	RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	6,42
0204040027	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ACROMIO-CLAVICULAR	7,40
0204040035	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESCAPULO-UMERAL	7,40
0204040043	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESTERNO-CLAVICULAR	7,40
0204040051	RADIOGRAFIA DE BRACO	7,77
0204040060	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	7,40
0204040078	RADIOGRAFIA DE COTOVELO	5,90
0204040086	RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MAO	5,62
0204040094	RADIOGRAFIA DE MAO	6,30
0204040108	RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)	6,00
0204040116	RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (TRES POSICOES)	7,98
0204040124	RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	6,91

Grupo 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA

Subgrupo 04 - DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA

Forma de Organização 05 - EXAMES RADIOLÓGICOS DO ABDOMEN E PÉLVE

Código	Nome	Preço SUS
0204050111	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN (AP + LATERAL / LOCALIZADA)	10,73
0204050120	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN AGUDO (MINIMO DE 3 INCIDENCIAS)	15,30
0204050138	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	7,17
0204050146	RADIOGRAFIA DE ESTOMAGO E DUODENO	35,22
0204060060	RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO COXO FEMURAL	7,77

Grupo 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA

Subgrupo 04 - DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA

Forma de Organização 06 - EXAMES RADIOLÓGICOS DA CINTURA PÉLVICA E DOS MEMBROS INFERIORES

Código	Nome	Preço SUS
0204060079	RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO SACRO-ILIACA	7,77



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES**

0204060887	RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TIBIO-TARSICA	6,50
0204060095	RADIOGRAFIA DE BACIA	7,77
0204060109	RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	6,50
0204060117	RADIOGRAFIA DE COXA	8,94
0204060125	RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP+LATERAL)	6,78
0204060133	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP+LATERAL+AXIAL)	7,16
0204060141	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP+LATERAL+ABLIQUA+3AXIAIS)	9,29
0204060150	RADIOGRAFIA DE PÉ/DEDOS DO PÉ	6,78
0204060168	RADIOGRAFIA DE PERNA	8,94
0204060176	RADIOGRAFIA PANORAMICA DE MEMBROS INFERIORES (SOMENTE PEDIÁTRICO)	9,29

**FERNANDA RODRIGUES LEITE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

ANEXO II

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1 – ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO CREDENCIADO

O presente chamamento tem como objetivo o Credenciamento de Empresa Especializada em Serviços de Emissão de Laudos de Raio X de Média Complexidade a preço de tabela SUS, utilizando como referência os procedimentos da SIGTAB (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamento e OPM do SUS), <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada>, para atender os pacientes da rede Municipal de Saúde de Paulo Lopes.

2 - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS:

2.1 - Equipe básica composta por:

I – Médico responsável com título de especialista em Radiologia e Diagnóstico por Imagem emitida pelo Colégio Brasileiro de Radiologia em convênio com a Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina.

Os médicos só poderão estar registrados mediante contrato social ou vínculo com carteira de trabalho.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES**

ANEXO III

TERMO DE CREDENCIAMENTO

**TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE
CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
PAULO LOPES E A EMPRESA
.....**

O Município de Paulo Lopes, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes, com sede na Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, CNPJ (MF) nº 82.892.365/0001-32, neste ato representada, pela Secretária Municipal de saúde de Paulo Lopes, o **Sra. Fernanda Rodrigues Leite**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a Empresa, CNPJ/MF nº, Inscrição Municipal nº, situado à, habilitado no Credenciamento nº 003/2018, neste ato representada pelo Sr., portador de documento de identidade nº, emitido por, doravante denominada(o) **CREDCENCIADO**, na forma da Lei Federal n.º 8.666/93, demais normas aplicáveis a espécie e do edital de credenciamento 03/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O CREDENCIADO compromete-se a executar a Emissão de Laudos de Raio X de Média Complexidade, conforme especificações constantes do Edital de Credenciamento nº 003/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO

2.1. O CREDENCIADO prestará, em suas dependências e instalações, nos dias e horários normais de funcionamento, os serviços previstos na Cláusula Primeira, conforme proposta apresentada, que passa a fazer parte do presente Termo como se nele transcrita estivesse.

2.2. Os serviços somente deverão ser prestados aos usuários mediante autorização prévia da Secretaria Municipal de Saúde, devendo o usuário apresentar documento de identificação, cartão nacional do SUS e guia de autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

2.3. O CREDENCIADO deverá atender aos beneficiários com elevado padrão de eficiência e estrita observância à legislação que trata da relação de consumo e da ética profissional, utilizando todos os recursos e meios disponíveis, com os mesmos padrões de atendimento dispensados aos demais usuários, sendo-lhe vedado qualquer tipo de discriminação.

2.4. No ato do fornecimento o CREDENCIADO solicitará ao beneficiário ou a seu representante que ateste a prestação do serviço no próprio documento de autorização do fornecimento, fincado com este em seu poder.

2.5. Em nenhum caso o CREDENCIADO poderá cobrar diretamente do usuário qualquer valor, independente do título e da razão, para prestação do serviço autorizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

2.6. Em caso de alterações do rol dos serviços de interesse do CREDENCIADO, a parte interessada solicitará a inclusão ou exclusão dos serviços relativos a este Termo de



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

Credenciamento, que somente poderão ser realizados após a assinatura do termo aditivo correspondente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes pagará pela execução dos serviços os preços conforme Anexo I do Termo de Referência deste edital.

3.2. Os preços pactuados poderão ser reajustados nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93, obedecendo, em caso de eventual repactuação a variação dos preços da tabela SUS.

3.3. Para o custeio da execução dos serviços objeto deste termo, serão utilizados recursos consignados na Lei Orçamentária do Município de Paulo Lopes, à conta do Fundo Municipal de Saúde, sendo as dotações indicadas antes da emissão da Autorização de Serviço que será emitida pela Secretaria de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. A credenciada deverá apresentar a Secretaria Municipal de Saúde nota fiscal/fatura juntamente com relatório detalhado dos serviços prestados, acompanhado ainda com as guias de autorização emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde devidamente atestadas pelos usuários do serviço ou seus representantes quando for o caso até o 5º dia do mês subsequente ao da prestação do serviço.

4.2. Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da constituição do Estado de Santa Catarina.

4.3. O Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes poderá suspender o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

I - descumprimento das obrigações do CREDENCIADO para com terceiros, que possam, de qualquer forma, prejudicar o MUNICÍPIO;

II - inadimplências de obrigações do CREDENCIADO para com o MUNICÍPIO;

III - erros, omissões ou vícios nas notas fiscais emitidas pelo CREDENCIADO.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1. O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será até 31/12/2018, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.1. Além das demais obrigações contidas neste Termo de Credenciamento e decorrentes de determinação legal, o CONTRATADO obriga-se a:

6.1.1. Executar o fornecimento objeto deste Termo de Credenciamento de acordo com as especificações e/ou normas exigidas;

6.1.2. Prestar os serviços dentro dos melhores padrões de qualidade, dispensando aos cidadãos um tratamento cortês e igualitário, de acordo com o que preceitua o Código de Defesa do Consumidor;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

6.1.3. Zelar pela boa e completa execução do serviço, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes, atendendo prontamente as observações e exigências que lhe forem solicitadas;

6.1.4. Obrigar-se a manter os estabelecimentos abertos ao público, em horário comercial.

6.1.5. Afixar em locais visíveis, nos estabelecimentos credenciados, informações com os seguintes dizeres: **FORNECEDOR CREDENCIADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES.**

6.1.6. Manter cópias dos arquivos transmitidos ao Fundo Municipal de Saúde, durante, no mínimo, 12 (doze) meses;

6.1.7. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente Contrato, inclusive as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas dos seus empregados;

6.1.8. Observar e respeitar a Legislação Federal, Estadual e Municipal, relativas a execução de serviços;

6.1.9. Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo material causado ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros;

6.1.10. Comunicar ao Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes, qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do fornecimento, objeto do presente Termo de Credenciamento, inclusive indicando o nome do responsável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.1. O Fundo Municipal de Saúde, além das obrigações contidas neste Termo de Credenciamento e decorrentes de determinação legal, obriga-se a:

7.1.1. Pagar as despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Termo de Credenciamento;

7.1.2. Emitir os documentos de autorização para utilização dos beneficiados na ocasião do fornecimento;

7.1.3. Facilitar o desempenho do CREDENCIADO, quanto a prestação do serviço objeto do presente Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A Fiscalização do fornecimento ora pactuado será exercida pela Secretaria de Saúde, denominada no presente Termo de Credenciamento, de Fiscalização, com poderes para:

8.1.1. Transmitir ao CREDENCIADO as determinações que julgarem-se necessárias;

8.1.2. Recusar o serviço que não tenha sido executado de acordo com as condições especificadas neste Termo de Credenciamento;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

8.1.3. Determinar o descredenciamento do CREDENCIADO, nas hipóteses de descumprimento ou de cumprimento irregular das regras aplicáveis ao credenciamento.

Parágrafo Único: A ação ou omissão total ou parcial da Fiscalização do Fundo Municipal de Saúde, não eximirá o CREDENCIADO de total responsabilidade na execução dos serviços objeto do presente Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. A CREDENCIANTE poderá aplicar ao CREDENCIADO multa de 20% do valor correspondente ao total da Nota Fiscal do mês da ocorrência, sobre qualquer infringência contratual.

9.1.1. A multa de que trata o presente item poderá ser aplicada cumulativamente com as penas de suspensão do credenciamento e de advertência.

9.2. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.

9.3. A CREDENCIANTE, sem prejuízo das sanções aplicadas, poderá reter crédito, promover cobrança judicial ou extrajudicial, a fim de receber multas aplicadas e resguardar-se das perdas e danos que tiver sofrido por culpa do CREDENCIADO.

9.4. A multa prevista neste Termo de Credenciamento poderá ser descontada dos pagamentos devidos ao CREDENCIADO.

9.4.1. As multas que venham a ser aplicada ao CREDENCIADO serão recolhidas no local indicado pela CREDENCIANTE, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação escrita.

9.5. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o CREDENCIADO da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. A CREDENCIANTE poderá, em se verificando o descumprimento de normas estabelecidas no Termo de Credenciamento, interromper temporariamente a sua execução até decisão exarada em processo administrativo sumário próprio que, observados o contraditório e a ampla defesa, comprovada a culpa ou dolo, decidirá pelo descredenciamento da entidade.

10.2. Caso o CREDENCIADO esteja em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, não poderá se utilizar do previsto no item “11.1.” desta Cláusula, enquanto não concluído o processo de apuração.

10.3. O descredenciamento poderá ser determinado por:

10.3.1. Motivos previstos no artigo 78 da Lei 8.666/93;

10.3.2. Atendimento aos usuários da CREDENCIANTE de forma discriminatória e prejudicial, devidamente comprovada;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

10.3.3. Cobrança, direta ou indiretamente, aos usuários da CREDENCIANTE, de valores referentes a serviços prestados a título de complementação de pagamento;

10.3.4. Reincidência na cobrança de serviços não executados ou executados irregularmente, devidamente comprovada;

10.3.5. Ação de comprovada má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos à CREDENCIANTE ou aos usuários do serviço;

10.3.6. Deixar de comunicar, injustificadamente, à CREDENCIANTE, alteração de dados cadastrais, tais como, número de telefone e razão social, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da alteração.

10.3.7. Deixar de comunicar previamente à CREDENCIANTE a alteração de endereço, para fins de vistoria;

10.3.8. Deixar de atender o usuário alegando atraso no recebimento dos valores já faturados;

10.3.9. Identificação de ocorrência de fraude, simulação, infração às normas sanitárias ou fiscais, ou ainda, descumprimento das exigências constantes do Edital, de sua proposta ou deste Termo de Credenciamento.

10.4. Ao ato do descredenciamento, por decisão da CREDENCIANTE, aplica-se, no que couber, o disposto no artigo 109 da Lei 8.666/93.

10.5. O descredenciamento não eximirá o CREDENCIADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados, e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

10.6. Nas hipóteses previstas na presente cláusula não cabe ao CREDENCIADO o direito de indenização de qualquer natureza, ressalvando-se a obrigação da CREDENCIANTE em pagar pelos serviços prestados até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes elegem o Foro da Cidade do Garopaba, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

12.1. O presente Termo de Credenciamento tem como fundamentação legal, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

E, por estarem assim justos e pactuados, firmam o presente Termo de Credenciamento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Paulo Lopes ____ de _____ de 2018.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES**

**FERNANDA RODRIGUES LEITE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
CONTRATANTE**

**NOME DA EMPRESA
CREDENCIADO**

TESTEMUNHAS:

NOME:.....
CPF:.....

NOME:.....
CPF:.....
